

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) ALEXANDRE JOSÉ GOMES DÓRIA

O ESTUDO DE CASOS DE GERENCIAMENTO DE CRISES: A IMPORTÂNCIA NO
ADESTRAMENTO E ENSINAMENTOS COLHIDOS PARA O GRUPO ESPECIAL DE
RETOMADA E RESGATE DE OPERAÇÕES ESPECIAIS.

Rio de Janeiro

2009

CC (FN) ALEXANDRE JOSÉ GOMES DÓRIA

O ESTUDO DE CASOS DE GERENCIAMENTO DE CRISES: A IMPORTÂNCIA NO
ADESTRAMENTO E ENSINAMENTOS COLHIDOS PARA O GRUPO ESPECIAL DE
RETOMADA E RESGATE DE OPERAÇÕES ESPECIAIS.

Monografia apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a conclusão
do Curso de Estado-Maior para Oficiais
Superiores.

Orientador: CMG Orlando Érico Lacê de
Oliveira Lima

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2009

RESUMO

As Forças de Operações Especiais são na atualidade uma importante arma para a solução de conflitos de “4ª geração”. Estes conflitos são o resultado da evolução que visa tirar vantagens das mudanças política, social, econômica e tecnológica que começaram a ser vivenciadas desde a Segunda Guerra Mundial. Neste tipo de conflito de “4ª geração”, encaixa-se o terrorismo, que é uma modalidade de guerra assimétrica. Seguindo esta linha de pensamento, serão apresentadas as Forças de Operações Especiais da Marinha do Brasil, que são compostas pelo Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais e pelo Grupamento de Mergulhadores de Combate. Também serão apresentadas as suas origens, organizações, formações e em particular o Grupo Especial de Retomada e Resgate de Operações Especiais, grupo este pertencente ao Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais. Em prosseguimento a este trabalho serão abordados três casos de gerenciamento de crise com reféns que tiveram grande repercussão nacional e internacional, a Operação *Chavín de Huántar*, o Caso do Ônibus 174 e o Caso da menina Eloá, os seus ensinamentos positivos e negativos e a importância do uso destes ensinamentos nos adestramentos do GERR-OpEsp. Finalizando o trabalho, será feita uma conclusão, visando mostrar a importância do uso destes ensinamentos não só nos adestramentos do Grupo Especial de Retomada e Resgate de Operações Especiais, como também nos grupos que participam das operações organizadas pelos Distritos Navais de gerenciamento de crises com reféns.

Palavras-chave: Conflitos de “4ª geração”, Operações Especiais, Grupo Especial de Retomada e Resgate de Operações Especiais, e adestramento.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AdestEqOpEsp -	Adestramento de Equipe de Operações Especiais
BdaInfPqdt -	Brigada de Infantaria Pára-quedista
BIMth -	Batalhão de Infantaria de Montanha
BtlInfFuzNav -	Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais
BtlOpEspFuzNav -	Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais
CEsComAnf -	Curso Especial de Comandos Anfíbios
CEsOpEsp -	Curso Especial de Operações Especias
CiaReconAnf -	Companhia de Reconhecimento Anfíbio
CiaReconTer -	Companhia de Reconhecimento Terrestre
CiaOpEsp	Companhia de Operações Especiais
CIASC -	Centro de Instrução Sylvio de Camargo
CIPqdtGPB -	Centro de Instrução Pára-quedista General Penha Brasil
ComFFE-	Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra
DN-	Distrito Naval
EB	Exército Brasileiro
FE	Forças Especiais
FOpEsp	Força de Operações Especiais
GERR-OpEsp	Grupo Especial de Retomada e Resgate de Operações Especiais
GERR-MeC	Grupo Especial de Retomada e Resgate de Mergulhadores de Combate
GptMec	Grupamento de Mergulhadores de Combate
LocDbq	Local de Desembarque
LPH	Local de Pouso de Helicóptero
MB -	Marinha do Brasil
OM	Organização Militar

OpAnf	Operação Anfíbia
OpRib	Operação Ribeirinha
PIMOPS	Plano de Intervenção e Manutenção da Ordem em Pontos Sensíveis
PVig	Posto de Vigilância
TO	Teatro de Operações
ZDbq -	Zona de Desembarque
ZEE	Zona Econômica Exclusiva
ZL	Zona de Lançamento
ZP	Zona de Pouso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 AS GERAÇÕES DOS CONFLITOS.....	7
3 AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DA MARINHA DO BRASIL.....	10
3.1 Grupamento de Mergulhadores de Combate (GptMeC).....	10
3.2 Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais (BtlOpEspFuzNav).....	11
4 GRUPO ESPECIAL DE RETOMADA E RESGATE – OPERAÇÕES ESPECIAIS (GERR-OpEsp).....	15
5 ESTUDO DE CASOS.....	17
5.1 Chavín de Huántar.....	17
5.2 Caso 174 e Caso Eloá.....	21
6 CONCLUSÃO.....	25
REFERÊNCIAS.....	27

1 INTRODUÇÃO

As operações de gerenciamento de crise caracterizam-se pelo alto grau de coordenação e dependência entre os elementos que a estão executando. Na Marinha do Brasil (MB) existem dois grupos que podem ser empregados caso uma crise não tenha um desfecho pacífico, que são o Grupo Especial de Retomada e Resgate de Operações Especiais (GERR-OpEsp) e o Grupo Especial de Retomada e Resgate de Mergulhadores de Combate (GERR-MeC).

Este trabalho, por meio de pesquisa bibliográfica, entrevista e experiência profissional do autor¹, têm por propósito mostrar a importância do estudo de casos de gerenciamento de crises com reféns para o adestramento do GERR-OpEsp e para a obtenção de ensinamentos.

Inicialmente será abordada a evolução dos conflitos, expondo suas quatro gerações. Em seguida serão apresentadas as Forças de Operações Especiais da MB, o Grupamento de Mergulhadores de Combate (GptMeC) e o Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais (BtlOpEspFuzNav) – Batalhão Tonelero, seus respectivos históricos e estruturas. Serão apresentadas também duas sub-unidades de grande importância, o Grupo Especial de Retomada e Resgate de Mergulhadores de Combate (GERR-MeC) e o Grupo Especial de Retomada e Resgate de Operações Especiais (GERR-OpEsp), e a diferença do seu modo de emprego. Como forma de exemplificar este emprego, serão abordados três casos de gerenciamento de crise com reféns, Operação *Chavín de Huántar*, Caso do Ônibus 174 e o Caso da menina Eloá, seus ensinamentos positivos e negativos e o uso destes ensinamentos nos adestramentos do GERR-OpEsp. Por fim, a conclusão, procurará mostrar a importância do uso destes ensinamentos, tanto nos adestramentos do GERR-OpEsp, como também nos grupos que participam dos exercícios de gerenciamento de crise com reféns, que são organizados pelos Distritos Navais (DN).

¹ Serviu no Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais como militar do Grupo Especial de Retomada e Resgate de Operações Especiais (GERR-OpEsp) por seis anos, dos quais um ano exerceu o cargo de Comandante do GERR-OpEsp

2 AS GERAÇÕES DOS CONFLITOS

Não há dúvida de que a violência em nível nacional, transnacional ou subnacional vai continuar, e os chamados conflitos assimétricos de 4ª geração predominarão. Junto aos Estados nacionais, surgem novos atores protagonistas, organizações não estatais armadas integradas por forças irregulares de diferentes matizes: separatistas, anarquistas, extremistas políticos, étnicos ou religiosos, crime organizado e outros, cuja principal forma de atuação fundamenta-se no emprego de táticas, técnicas e procedimentos de Guerra Irregular que, ao longo do tempo, evolui para novas formas de atuação (DUNNIGAN, 2008, p. 10).

A expressão “Conflito de 4ª Geração” ganhou notoriedade no final da década de 1980 e os estrategistas e planejadores militares compartimentaram a evolução dos conflitos armados a partir do século XVII. Esta classificação é feita em quatro fases. Na “1ª geração”, a partir da “Paz de Westphalia”² a guerra tem como característica principal o “Princípio da Massa”³, com o ápice nas guerras napoleônicas. A “2ª geração” é caracterizada pelo intenso emprego do fogo, culminando na Primeira Guerra Mundial. A “manobra”⁴ caracterizou a “3ª geração”, com a *blitzkrieg*⁵. É importante lembrar que os personagens principais nos cenários das “1ª, 2ª e 3ª gerações” foram os Estados Nacionais. A “4ª geração” é uma evolução que valoriza as vantagens das mudanças políticas, social, econômica e tecnológica ocorridas desde a Segunda Guerra Mundial. Mao Tsé-tung foi o primeiro no emprego da “4ª geração” (DUNNIGAN, 2008, p. 9). Neste modelo encaixa-se a guerra assimétrica, que para Lessa et.al. (BERMÚDEZ, 2006, p.65), define como sendo “uma guerra sem território e que abrange todo o planeta, com repercussões dos pontos de vista bélico, econômico, político e psicológico”.

Devemos ficar atentos para não associar a assimetria somente à diferença de forças, mas também ao emprego de meios de uma maneira não ortodoxa, ou seja, não convencional. A assimetria também pode ser adotada pelo mais forte, empregando tropas de operações especiais com o apoio de alta tecnologia (BERMÚDEZ, 2006, p.66).

As operações especiais são conduzidas por forças militares e/ou paramilitares especialmente organizadas, adestradas e equipadas, visando objetivos militares, políticos, econômicos ou psicossociais, em ambientes hostis e/ou politicamente sensíveis, em paz, crise ou conflito. É muito importante saber que as Forças de Operações Especiais (FOpEsp) não disputam com forças convencionais e que de maneira nenhuma devem ser empregadas como tal (DUNNIGAN, 2008, p. 14).

² Acordo feito em 1648, que permitiu o nascimento das relações internacionais entre Estados Soberanos.

³ Concentrar suas forças em um ponto decisivo.

⁴ Conceito de estratégia militar que procura derrotar o adversário incapacitando-o nas suas tomadas de decisão.

⁵ Tática desenvolvida pelos alemães na Segunda Guerra Mundial

Segundo Shaughnessy e Cowan⁶, temos o seguinte conceito:

Por sua própria natureza, o terrorismo é assimétrico, seu fundamento é atacar a força de vontade do povo, a credibilidade do governo e a eficiência de sua segurança nacional. (BERMÚDEZ, 2006, p.67)

Observando o conceito acima e analisando os fatos dos últimos tempos, podemos perceber que o terrorismo é a modalidade de guerra assimétrica de maior evolução e destaque. É a modalidade que não possui território, atua em toda a parte do planeta utilizando um dos principais princípios da guerra, a surpresa, com repercussões em todos os setores possíveis, principalmente no econômico, político e psicológico (citado por BERMUDEZ, 2006, p. 67).

Existem várias definições para terrorismo, tais como: “Uso ilegal da força ou da violência contra pessoas ou propriedades para intimidar ou coagir um governo, uma população civil, ou qualquer segmento dela, em apoio a objetivos políticos ou sociais (FBI)”;

“Uso calculado da violência ou da ameaça de sua utilização para incutir o medo, com a intenção de coagir governos ou sociedades, a fim de conseguir objetivos políticos, religiosos ou ideológicos (Departamento de Defesa dos Estados Unidos)”;

e “Uso da ameaça, com o propósito de avançar uma causa política, religiosa ou ideológica, de ação que envolve violência séria contra qualquer pessoa ou propriedade (governo do Reino Unido)”. Estas definições mostram alguns elementos comuns como o uso da violência ou a ameaça do uso contra pessoas, sociedades ou governos, com o intuito da coação para conseguir objetivos políticos, religiosos ou ideológicos (Revista Tecnologia e Defesa, suplemento especial nº 15/ano 23 – 2006, p. 6).

O terrorismo pode ser comparado a um vírus mutante, pois possui muitas formas de manifestação. Ao longo da história observamos vários exemplos. No passado temos como exemplo os Imperadores romanos que usavam o banimento, expropriação de propriedades e execução como meios de desencorajar a oposição a seus governos. A Inquisição espanhola usou da prisão arbitrária, tortura e execução como punição para a heresia religiosa. Após a guerra civil norte-americana, sulistas revoltosos com a situação racial, criaram a organização terrorista KuKluxKlan para intimidar os negros e os simpatizantes da reconstituição do país. Na segunda metade do século XIX, o terrorismo foi utilizado pelos anarquistas da Europa ocidental, Rússia e Estados Unidos, com o princípio de que a melhor maneira de conseguir a revolução social e política era assassinar pessoas poderosas, em cargos importantes (TERRORISMO, 2009)⁷.

⁶ SHAUGHNESSY, David; COWAN, Thomas M. Ataque à América: A Primeira Guerra do Século XXI. *Militar Review. Brazilian*. Fort Leavenworth. V. 82, 4º Quarter 2002, n. 4, p. 72-79

⁷ Disponível em: <<http://www.brasile scola.com/história/terrorismo.htm>>

No século XX, o terrorismo sofreu grandes mudanças, tornando-se a característica de movimentos políticos de todos os tipos. Instrumentos precisos, como armas automáticas e artefatos explosivos detonados por dispositivos à distância, deram um maior número de possibilidades de ações, aumentando assim a sua letalidade. Organizações como a Baader-Meinhoff (Alemanha), o Exército Vermelho (Japão), as Brigadas Vermelhas (Itália), a al-Fatah (Oriente Médio), o Sendero Luminoso (Peru) e a ETA (Espanha) tornaram-se alguns dos mais conhecidos grupos terroristas da segunda metade do século XX. No século XXI aparecem as ameaças dos progressos tecnológicos e a difusão dos conhecimentos técnicos para a realização dos atos terroristas, como por exemplo o atentado de 11 de setembro de 2001, de autoria de Osama Bin Laden⁸, líder da Al Qaeda (TERRORISMO, 2009)⁹.

Diante deste contexto mundial, o risco de ocorrer um atentado terrorista no Brasil é pequeno, mas analisando o que foi citado acima, não podemos descartar a ameaça da atuação do crime organizado na nossa sociedade, como também a ameaça da tomada de instalações de interesse da Marinha do Brasil (instalações navais, portuárias, navios e plataformas petrolíferas) por organizações não-Estatais ou por forças não-convencionais ou criminosas. Estas ações não deixam de ser ações terroristas, pois podem ser caracterizadas pela imposição do terror através da violência, seguida ou não do confinamento ilegal de pessoas. Vemos também que as formas clássicas de se opor a estas ameaças não estão mais surgindo o efeito desejado. Neste momento destaca-se o profissionalismo, a especialização e o alto nível de adestramento das Forças de Operações Especiais (FOpEsp) as quais deverão estar sempre preparadas e adestradas uma vez que requerem um alto nível de especialização e adestramento. No entanto, devemos ter atenção ao fato que as FOpEsp não podem ser produzidas em quantidade e improvisadas após o início de uma crise.

⁸ Milionário saudita que se tornou o ideólogo supremo do atual islamismo radical, desenvolveu uma dramática combinação de militância sunitas com técnicas de terrorismo xiita iranianas (Revista Tecnologia e Defesa, suplemento especial nº 15/ano 23 – 2006, p. 5)

⁹ Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/história/terrorismo.htm>>

3 AS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DA MARINHA DO BRASIL¹⁰

Neste capítulo serão apresentadas as tropas de operações especiais que fazem parte da Marinha do Brasil, suas origens, constituições, formações e as tarefas que são capazes de executar. Devido ao cenário internacional e a extensão do Brasil, que apresenta uma grande variedade de ambientes, a Marinha do Brasil possui em condições de pronto emprego duas unidades especialmente treinadas, capazes de executar operações não convencionais, assumindo riscos calculados para atingir resultados importantes, que poderão vantagens estratégicas (DUNNIGAN, 2008, p. 38).

As duas unidades da Marinha do Brasil que planejam e executam operações especiais são o Grupamento de Mergulhadores de Combate (GptMeC) e o Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais (BtlOpEspFuzNav) – “Batalhão Tonelero”. Podemos afirmar, de uma maneira básica, que a grande diferença entre as duas unidades é o ambiente de atuação principal. A prioridade de emprego do BtlOpEspFuzNav é o ambiente operacional terrestre e a do GptMeC é o ambiente aquático.

3.1 Grupamento de Mergulhadores de Combate.

O Grupamento de Mergulhadores de Combate (GptMeC) teve seu histórico iniciado nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, fruto dos estreitos laços com a Marinha dos Estados Unidos. Em 1964, dois oficiais e dois praças concluíram nos Estados Unidos o curso dos *SEALs*¹¹ (*Sea-Air-Land*) e com estes pioneiros, em 3 de abril de 1970 foi criada a Divisão de Mergulhadores de Combate, na Base Almirante Castro e Silva (BACS) em Niterói no Rio de Janeiro. Seguindo esta linha, em 1971, mais dois oficiais e três praças foram qualificados, desta vez pela Marinha da França como “*Nageurs de Combat*”¹² (Mergulhador de Combate) e três anos depois foi ministrado na Escola de Submarinos, hoje Centro de Instrução e Adestramento Almirante Áttila Monteiro Aché (CIAMA), na Ilha de Mocanguê, Niterói, o primeiro Curso Especial de Mergulhador de Combate, que mesclou as técnicas do curso francês (ênfase as operações de mergulho) com as do norte-americano (ênfase as operações terrestres) para suprir as necessidades brasileiras. Devido às necessidades da Marinha do Brasil, em 1983, a Divisão de Mergulhadores de Combate foi

¹⁰ Este capítulo teve como referência DUNNIGAN, 2008, p. 38-44

¹¹ Mais conhecidos como *US NAVY SEALs*, é uma Força de Operações Especiais da Marinha dos Estados Unidos, especializados na guerra não convencional, ação direta, antiterrorismo e reconhecimento.

¹² Força de Operações Especiais da Marinha da França que operam principalmente em meio aquático e são especializados em guerra não convencional, ação direta e reconhecimento

transformada no Grupo de Mergulhadores de Combate e em 1997 foi criado o Grupamento de Mergulhadores de Combate, ativado em 10 de março de 1998 (DUNNIGAN, 2008, p. 38).

Normalmente, sua organização é composta por três equipes básicas (Alfa, Bravo e Charlie) de operações especiais e mais um Grupo Especial de Retomada e Resgate (GERR-MeC).

Podemos resumir as tarefas do GptMeC na realização de ações específicas de guerra não convencional em ambiente predominantemente aquático. Os MeC são de fundamental apoio a uma Operação Anfíbia (OpAnf), realizando ações em proveito da Força Tarefa Anfíbia (ForTarAnf), em princípio na área marítima e nas praias. Dentre estas várias tarefas cabe destacar duas. A primeira é a realização de abordagem inicial de navios suspeitos ou potencialmente hostis, para garantir as condições de verificação de atos ilícitos por uma Força Naval em ações de interdição nas operações de controle de área marítima. A segunda é a de, em curto prazo, operar em proveito da segurança das plataformas de exploração de petróleo situadas no mar territorial e na Zona Econômica Exclusiva (ZEE).

A formação de um mergulhador de combate da Marinha do Brasil tem início no Curso de Aperfeiçoamento de Mergulhadores de Combate, para oficiais do Corpo da Armada ou do Quadro Complementar da Armada e para as praças (sargentos e cabos, do sexo masculino, com menos de 30 anos de idade e em condições de engajar) no Curso Especial de Mergulhador de Combate. Depois de formado, o MeC é designado para servir no GptMeC onde irá complementar sua formação com o adestramento da Organização Militar (OM) e com a realização de cursos na área de explosivos, selva e de paraquedismo. Muitos destes cursos são realizados no Centro de Instrução Paraquedista (CIPqdt / BdaInfPqdt)¹³ do Exército Brasileiro (EB) (DUNNIGAN, 2008, p. 40).

3.2 Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais.

No final da década de 1960 a Alta Administração Naval decidiu que o Corpo de Fuzileiros Navais deveria criar uma unidade de operações especiais. Este fato foi sinalizado pela Guerra do Vietnã, que mostrou a importância da existência de forças militares não convencionais e que, mesmo em um conflito convencional, há a necessidade de contar com tropas especialmente adestradas e equipadas para atuar em infiltrações estratégicas e/ou táticas para executar ações em proveito de uma força convencional presente no Teatro de Operações (TO). Sendo assim, em 9 de setembro de 1971 foi criado o Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais (BtlOpEspFuzNav), na região do Rio Guandu do Sapê, no

¹³ Brigada de Infantaria Paraquedista, Unidade Militar do Exército Brasileiro

bairro de Campo Grande na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Suas primeiras instalações foram provenientes do Centro de Recrutas do CFN¹⁴, que na época foi transferido para a Ilha da Marambaia (DUNNIGAN, 2008, p. 42).

Inicialmente, o BtlOpEspFuzNav–Batalhão Tonelero foi organizado e estruturado de acordo com a conjuntura da época, misturando o interesse do CFN em ter uma tropa mais voltada para o emprego em situação de uma guerra de guerrilhas ou não convencional e de ser o quarto batalhão de infantaria, completando a linha dos três já existentes: 1º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais (1ºBtlInfFuzNav) – Btl Riachuelo; 2ºBtlInfFuzNav – Btl Humaitá; e 3ºBtlInfFuzNav – Btl Paissandú.

Em 1972, o Btl Tonelero, seguindo nas atividades de operações especiais, formou a primeira turma de oficiais oriundos da Escola Naval no Curso de Contraguerrilha. Ao longo dos anos este curso sofreu alterações em sua estrutura e conteúdo, passando a denominar-se Curso de Adestramento de Comandos Anfíbios, Curso Especial de Comandos Anfíbios e, posteriormente, dividindo-se em Curso Especial de Comandos Anfíbios (CEsComAnf) e Curso Especial de Operações Especiais (CEsOpEsp). A partir de 1998, a formação dos Comandos Anfíbios passou ser ministrada em um único curso, o CEsComAnf, e no ano de 2000 este curso passou a ter a sua base administrativa no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC), na Ilha do Governador no Rio de Janeiro/RJ.

Desde a sua criação, o Btl Tonelero recebeu duas grandes e importantes agregações: a primeira foi em 1º de janeiro de 1991, quando a Companhia de Reconhecimento Anfíbio (CiaReconAnf), sediada na Ilha das Flores em Niterói, foi transferida para o Btl Tonelero e a segunda foi no dia 26 de março de 1996, com a transferência da Companhia de Reconhecimento Terrestre (CiaReconTer), sediada na Ilha do Governador também no Rio de Janeiro. Com o crescimento das diversidades e da importância das operações especiais o Batalhão Tonelero, em 20 de dezembro de 1995, passou a ser subordinado diretamente ao Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComFFE) (DUNNIGAN, 2008, p. 42).

Atualmente, o Batalhão Tonelero está estruturado da seguinte forma: uma Companhia de Comando e Serviço (CiaComSv) e três Companhias de Operações Especiais (CiaOpEsp). A 1ªCiaOpEsp é especializada em ações de reconhecimento, a 2ªCiaOpEsp em ações diretas (ações de Comandos)¹⁵ e a 3ªCiaOpEsp que constitui o núcleo do Grupo Especial de Retomada e Resgate (GERR-OpEsp), elemento especializado em ações

¹⁴ CFN – Corpo de Fuzileiros Navais

¹⁵ Ações de interdição/destruição de objetivos críticos, captura/eliminação de pessoal e recuperação/resgate/evacuação de pessoal ou material, todos avaliados como alvos altamente compensadores (DUNNIGAN, 2008 p.15)

contraterrorismo¹⁶. Esta estrutura permite ao Batalhão (Btl) Tonelero realizar as tarefas de infiltrações terrestres, aquáticas, aéreas ou mistas em qualquer tipo de terreno, reconhecimento de praia, reconhecimento especializado de itinerários, passagens a vau, pontes, túneis, obstáculos, pontos críticos, local de desembarque (LocDbq), local de pouso de helicóptero (LPH), operar postos de vigilância (PVig), realizar a observação avançada dos fogos de apoio, selecionar, reconhecer, balizar e operar zonas de desembarque (ZDbq), zonas de lançamento (ZL) e zonas de pouso (ZP), e guiar tropas por itinerários previamente reconhecidos em proveito de uma Operação Anfíbia (OpAnf) ou Operação Ribeirinha (OpRib).

Devido à necessidade de especializar suas equipes em diferentes meios de infiltração e ambientes operacionais, o Batalhão Tonelero envia seus Comandos Anfíbios a diferentes centros de instrução do Exército Brasileiro, como o Centro de Instrução Pára-quedista General Penha Brasil (CIPqdtGPB/BdaInfPqdt) no Rio de Janeiro/RJ, onde são qualificados nos cursos da área de pára-quedismo, ao Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) em Manaus/AM, onde se especializam em operações na selva, e ao 11º Batalhão de Infantaria de Montanha (11ºBIMth – Batalhão Tiradentes), em São João Del Rey/MG, onde fazem cursos na área de montanha. Além de realizarem adestramentos e cursos nos centros acima citados, também ocorrem a participação em intercâmbios com outras forças de operações especiais de outros países como Argentina, Peru, Chile, Uruguai, Espanha, EUA, Portugal e Inglaterra.

O Batalhão Tonelero ministra três cursos na área de operações especiais: o Curso de Salto Livre da Marinha, o Curso de Dobragem de Pára-quedas para Cb/Sd e o Curso de Operações Especiais para Cb/Sd. Os dois primeiros cursos são voltados para a especialização de militares da Marinha do Brasil e forças amigas que já são pára-quedistas e o terceiro para militares fuzileiros navais pertencentes à Força de Fuzileiros da Esquadra que irão complementar o efetivo do Btl Tonelero.

As qualificações acima citadas denotam que as forças de operações especiais exigem um alto nível de especialização e adestramento.

Apresentadas as Forças de Operações Especiais (FOpEsp) da MB, cabe chamar a atenção para a diferença entre Operações Especiais e Forças Especiais. O conceito de Operações Especiais inclui o de Forças Especiais, ou seja, as tarefas de Forças Especiais fazem parte do conjunto de tarefas realizadas pelas tropas de Operaç. Uma tropa de Forças Especiais tem condições de organizar, desenvolver, equipar, instruir e conduzir forças

¹⁶ Por ocasião da eclosão de situações de crise, a diminuição com eficiência e eficácia de seus efeitos, com a retomada de instalações e o resgate de reféns. (DUNNIGAN, 2008, p.35)

paramilitares em operações de Guerra Irregular¹⁷, envolvendo a guerra de guerrilha, subversão, sabotagem e a fuga e evasão. A Marinha do Brasil não possui elementos de Forças Especiais. No Brasil a única força que possui e forma seus militares de Forças Especiais é o Exército Brasileiro.

¹⁷ Largo espectro de operações militares e paramilitares conduzidas em território controlado pelo inimigo ou politicamente sensível. Caracteriza-se por ações de longa duração empregando predominantemente táticas, técnicas e procedimento de guerra de guerrilha. (DUNNIGAN, 2008, p. 15)

4 GRUPO ESPECIAL DE RETOMADA E RESGATE DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Observando a estrutura das duas organizações militares de Operações Especiais da Marinha do Brasil, podemos verificar que há duas sub-unidades que possuem denominações semelhantes, os Grupos de Retomada e Resgate (GERR). No GptMeC é designado GERR-MeC e no BtlOpEspFuzNav de GERR-OpEsp.

Na década de 1980, devido à crescente onda de criminalidade, em particular de sequestros, as autoridades da Marinha do Brasil (MB) criaram em 1986 o Grupo Especial de Retomada e Resgate (GERR-OpEsp / GERR-MeC) pela Carta de Instrução 004/1986, do Comando de Operações Navais, com base no Plano de Intervenção e Manutenção da Ordem em Pontos Sensíveis (PIMOPS). Quando o esforço principal for desenvolvido em terra, como instalações de organizações militares e instalações portuárias, será empregado o GERR-OpEsp, mas quando o esforço principal for em ambiente aquático, como em navios e plataformas petrolíferas, será empregado o GERR-MeC.

O núcleo do GERR-OpEsp está na 3ª Companhia de Operações Especiais do Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais. Trata-se de uma Organização-por-Tarefas, ativada mediante ordem, com composição adequada à realização de tarefas para situações específicas e tendo por missão retomar e/ou resgatar, quando determinado, instalações de interesse da MB e/ou pessoas submetidas ilegalmente a confinamento, por meio de ação de choque com emprego de força, a fim de contribuir para a solução de crises em áreas de interesse da MB.

Para a formação do GERR-OpEsp foram utilizadas diferentes fontes, como o emprego e organização do *Special Air Service (SAS)*¹⁸, *Special Boat Service (SBS)*¹⁹ e *United States Marines Corps (USMC)*²⁰, associadas as normas para emprego dos Comandos Anfíbios da MB. Os militares selecionados para compor o GERR-OpEsp deverão, sempre que possível, atender ao requisito básico de possuir o Curso Especial de Comandos Anfíbios (CEsComAnf). A graduação mínima para o militar fazer parte do GERR-OpEsp é Cabo (CB), e deverá possuir, no mínimo, o Adestramento de Equipes de Operações Especiais (AdestEqOpEsp).

¹⁸ É uma força de operações especiais do exército britânico, conhecida pela sua alta capacidade em condições extremas e ações anti-terroristas, muitas das Forças de Operações Especiais do mundo foram influenciadas pelo SAS Britânico (<http://en.wikipedia.org/wiki/SAS>)

¹⁹ É uma força de operações especiais da marinha britânica, trabalha junto com o SAS e também é especializada em anti-terrorismo, sendo que suas missões são de curto alcance (<http://en.wikipedia.org/wiki/SBS>).

²⁰ The *United States Marine Corps (USMC)* é um ramo das Forças Armadas dos Estados Unidos responsável pela prestação de projecção em terra de forças do mar, utilizando a mobilidade da Marinha E.U. para entregar rapidamente as forças combinadas (<http://en.wikipedia.org/wiki/USMC>).

O adestramento do GERR-OpEsp está fundamentado na aplicação de técnicas modernas de retomada e resgate, dividido em duas fases: básica e avançada. Estas fases possuem adestramentos, destacando-se: primeiros-socorros, gerenciamento de crise, armamento, técnicas de infiltração, de tiro tático, de tiro de precisão, emprego de explosivo e entrada em compartimentos. Através destes adestramentos contínuos e intensos, o GERR-OpEsp mantém durante todo o ano o permanente estado de pronto-emprego.

Para complementar este adestramento, ao longo do ano, cada Distrito Naval (DN)²¹ organiza pelo menos uma Operação RETREX, que vem a ser um exercício de retomada e resgate que tem como propósito testar a eficiência e a eficácia dos planos dos Distritos Navais para a solução no gerenciamento de crises. Quando o esforço principal da RETREX for em terra será ativado o GERR-OpEsp, se for em meio aquático será então o GERR-MeC. Este exercício obedece a uma escala de ações que se inicia por meio do contato da Equipe de Negociação Inicial da OM da MB e se estende até ser configurada a necessidade de emprego do GERR-OpEsp. Por motivo de sigilo dos planos não serão abordados detalhes de procedimentos adotados pelo Comando dos Distritos Navais durante o desenvolvimento das ações do exercício RETREX.

²¹ No total a Marinha do Brasil possui nove distritos navais, cujo os comandos estão distribuídos nas seguintes cidades: Comando do 1º Distrito Naval (Com1ºDN) – Rio de Janeiro/RJ; Com2ºDN – Salvador/BA; Com3ºDN – Natal/RN; Com4ºDN – Belém/PA; Com5ºDN – Rio Grande/RS; Com6ºDN – Ladário/MS; Com7ºDN – Brasília/DF; Com8ºDN – São Paulo/SP; e Com9ºDN – Manaus/AM.

5 ESTUDOS DE CASOS

Neste capítulo serão abordadas três situações de gerenciamento de crises que tiveram grande repercussão tanto internacional como nacional. A primeira será a retomada e o resgate de setenta e dois reféns na residência do embaixador do Japão no Peru em dezembro de 1996, Operação Chavín de Huántar. A segunda será o Caso 174, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em junho de 2000. E a terceira será o Caso Eloá, que ocorreu na cidade de Santo André/SP em outubro de 2008. Apesar das situações terem ocorridos em campos diferentes e terem desfechos também diferentes, possuem um ponto em comum, o confinamento ilegal de pessoas em compartimentos, obrigando a uma ação de retomada e resgate, em face do insucesso da negociação para libertação pacífica dos reféns.

5.1 Operação “Chavin de Huantar” (17 de dezembro de 1996 a 22 de abril de 1997)

No dia 17 de dezembro de 1996, durante a festa de aniversário do embaixador do Japão no Peru, quatorze terroristas do Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA)²² invadiram a sua residência. A festa tinha aproximadamente oitocentos convidados. Nos momentos iniciais após a tomada da Embaixada pelos terroristas do MRTA, o Sr. Michel Minnig, representante da Cruz Vermelha, ofereceu-se para ser o intermediador do diálogo e conseguiu que o líder dos terroristas conversasse com ele. Às 21:30h, aproximadamente uma hora após o assalto a casa do embaixador, a polícia nacional do Peru, concluía o cerco e isolamento total da residência. A exigência dos terroristas era a libertação de quatrocentos terroristas do MRTA que estavam presos. Como resultado das negociações iniciais, o representante da Cruz Vermelha conseguiu libertar mulheres e idosos, dentre os quais estavam a mãe e a irmã do Presidente *Fujimori*²³, não identificadas pelos seqüestradores. Com o passar do tempo os reféns foram identificados e separados de acordo com o seu grau de importância e a libertação dos reféns continuou paulatinamente, sempre com a mediação do Sr. *Minnig*, representante da Cruz Vermelha (LAGE, 2000, p. 95-102).

²² O grupo guerrilheiro Túpac Amaru, se define como uma organização político-militar, integrada pela classe operária, pelos explorados e oprimidos do Peru, cuja a ideologia é o Marxismo-Leninismo, tendo como objetivo organizar e dirigir a "Guerra Revolucionária do Povo", para derrotar o Governo legal, estabelecendo um "Poder Popular", que conduza à edificação do Socialismo. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Revolucion).

²³ Alberto Ken'ya Fujimori Fujimori: engenheiro agrônomo e político nipo-peruano que ocupou a presidência do Peru de 28 de julho de 1990 a 17 de novembro de 2000 (http://pt.wikipedia.org/wiki/Alberto_Fujimori).

O gerenciamento da crise dos reféns na Embaixada japonesa foi conduzido pelo Presidente *Fujimori* em dois campos, um na cena de ação, através de um comitê de crise, e outro no exterior, através de visitas feitas pelo próprio Presidente *Fujimori*. As ações eram desenvolvidas a partir da premissa de que o Estado não poderia negociar com terroristas, principalmente sob pressão. Todos sabiam que devido às características do MRTA, terroristas com um propósito de libertação, seria difícil a liberação dos reféns de forma pacífica. Sendo assim, tentou-se a liberação dos membros do corpo diplomático com o propósito de evitar ou diminuir a pressão internacional de países amigos. Enquanto no exterior, o Presidente *Fujimori* visitou vários países para conseguir apoio internacional e encontrar uma solução pacífica para a crise. O mais importante apoio conseguido foi a autorização, por parte do governo japonês, para a realização de qualquer tipo de ação na residência do Embaixador do Japão (LAGE, 2000, p. 95-102).

Simultaneamente ao trabalho do comitê de crise, iniciou-se em 18 de dezembro de 1996 o planejamento da operação “Chavín de Huántar”²⁴. Este planejamento contava com a eficiência dos comandos, a concepção militar, trabalho de inteligência e o conceito de engenharia. Estes fatores foram fundamentais para o sucesso da operação. No início foi usada uma maquete da residência do embaixador com todos os detalhes possíveis, em seguida foram alugadas casas na vizinhança da residência do embaixador, as quais, devido às suas localizações, serviram para a construção de túneis subterrâneos, que foram usados para o assalto dos comandos. Esta linha de ação foi escolhida quando, percebendo a presença dos agentes de inteligência dentro das casas vizinhas, os terroristas minaram o jardim que dava acesso à residência do embaixador. Para manter o sigilo das ações, trinta e dois mineiros foram selecionados e isolados durante dois meses para trabalharem nas escavações dos túneis. Devido à necessidade de manter o nível mínimo de ruído, os mineiros só puderam trabalhar com pás, picaretas e marretas para garantir que os terroristas não iriam ouvir nenhum ruído. Simultaneamente ao trabalho das escavações, helicópteros realizavam vôos rasantes e tocava-se música através de alto falantes potentes localizados nas esquinas da residência. No total foram construídos cinco túneis com ramificações, sendo que o menor tinha o comprimento de vinte metros e o maior chegou a cento e noventa e sete metros (LAGE, 2000, p. 95-102).

Os dados obtidos pela inteligência foram indispensáveis para a execução do planejamento da operação. Foram utilizados cerca de mil agentes à paisana distribuídos nas vizinhanças da residência (como repórteres, familiares dos reféns, etc). Estes conseguiram implantar sensores de escuta no interior da residência através de garrafas térmicas e um

²⁴ A operação tomou o nome de “Chavín de Huántar” devido às ruínas de uma cidade que tinha este nome. Esta cidade possuía túneis subterrâneos que ligavam vários pontos da cidade.

quadro com a imagem do Senhor dos Milagres, mas o mais importante aconteceu quando um dos reféns militares, o Vice-Almirante da Marinha do Peru *Luis Giampietri Rojas*, informou através destes microfones implantados, que possuía um “*pager*”²⁵ e que se o estivessem escutando lhe mandassem uma mensagem. Sendo assim, a partir deste momento foram realizados contatos em horários certos, três vezes ao dia. Devido à quantidade de microfones colocados dentro e na parte externa da residência, era possível ouvir claramente tudo o que se falava (LAGE, 2000, p. 95-102).

Outro trabalho importantíssimo foi a construção de uma réplica da residência do embaixador para o ensaio do Grupo de Comandos, necessário para a realização sem erros da ação no objetivo. Foram tiradas mais de dez mil fotografias de diferentes ângulos e posições para que os agentes de inteligência pudessem construir, com o auxílio dos engenheiros, a réplica perfeita da residência. O maior problema foi construir com perfeição sua parte interna, já que não existia uma planta baixa²⁶ atualizada. Estes dados foram conseguidos através de um desenho, sem muita precisão, feito pela própria embaixada japonesa e relatos de pessoas que haviam visitado ou trabalhavam na embaixada, entre as quais destacam-se o Presidente Fujimori e a esposa do embaixador japonês, a Embaixatriz Aoki. Dados como espessura das paredes e tetos, materiais utilizados na construção e o tipo e consistência do solo, foram conseguidos através do estudo de casas construídas na mesma época que a Embaixada Japonesa e o estudo de amostras de solos de casas vizinhas. Ainda assim faltava saber a exata posição das janelas interiores e do mobiliário dos compartimentos. Sendo assim, foi tomada a decisão de colocar jornalistas no interior da residência com o intuito de fazerem entrevistas com os terroristas e, entre eles, elementos de inteligência disfarçados para tirar fotografias que definiriam o posicionamento das janelas e do mobiliário. Da mesma forma que os elementos que cavaram os túneis ficaram isolados, os que construíram a réplica da residência também ficaram, do início da construção até o desencadeamento da operação de resgate (LAGE, 2000, p. 95-102).

Pode-se verificar que as ações de negociação, gerenciamento da crise, levantamento de dados pela inteligência, construção dos túneis e da réplica da residência do Embaixador e os ensaios foram realizadas praticamente em paralelo, uma ação dependendo do desenvolvimento da outra. Após a réplica da residência estar terminada, o Grupo de

²⁵Um pager ou bip/bipe, é um dispositivo eletrônico usado para contactar pessoas através de uma rede de telecomunicações, precedeu a tecnologia dos telemóveis (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pager>).

²⁶Planta Baixa é o nome que se dá ao desenho de uma construção feito, em geral, a partir do corte horizontal à altura de 1,5m a partir da base. É um diagrama dos relacionamentos entre salas, espaços e outros aspectos físicos em um nível de uma estrutura. Nela devem estar detalhadas em escala as medidas das paredes (comprimento e espessura), portas, janelas, o nome de cada ambiente e seu respectivo nível (http://pt.wikipedia.org/wiki/Planta_baixa).

Comandos iniciou a fase do ensaio, que tinha como propósito treinar o assalto ao objetivo. Nada poderia sair errado e, à medida que novos dados iam chegando através dos elementos de inteligência, as fases do assalto eram confirmadas ou alteradas. Nesta fase foram feitos testes com a carga ideal de explosivo a ser usada, de maneira que, no momento da explosão, fossem feitas aberturas no piso, propiciando que os comandos entrassem e que os terroristas ficassem atordoados sem a capacidade de reação. Para isto foram utilizados animais como cobaias e assim chegaram ao efeito desejado com quatro quilos de C4²⁷. Terminada a réplica e os ensaios, o Grupo de Comandos estava pronto, apenas aguardando a ordem presidencial para desencadear a ação no objetivo (LAGE, 2000, p. 95-102).

Através de sistemas instalados previamente pelo Serviço de Inteligência Nacional (SIN), os reféns sabiam que ao sinal da primeira explosão deveriam deitar-se ao solo. Assim sendo, na tarde de 22 de abril de 1997, após cento e vinte e seis dias com 14 terroristas que conservavam setenta e dois reféns na residência do embaixador, exatamente às 15:23h foi desencadeada a ação de resgate com uma forte explosão oriunda de cargas colocadas sob o chão da sala principal e do restaurante. Outra carga similar foi colocada próximo à porta principal. Os comandos entraram também simultaneamente pelo teto da residência. Ao total foram dezessete militares feridos. A ação teve como resultado a morte de todos terroristas e de dois oficiais, um era refém e o outro fazia parte do Grupo de Comandos que entrou na residência (LAGE, 2000, p. 95-102).

A Operação “Chavín de Huántar” foi uma operação de grande sucesso pois as baixas foram mínimas comparadas ao nível de dificuldade de seu planejamento e execução. Esta operação caracteriza bem a necessidade e a importância da atuação da inteligência na busca de informações essenciais para o planejamento da ação. Atualmente existem equipamentos com alta tecnologia produzidos e desenvolvidos para a execução de trabalhos neste setor. Destaca-se o profissionalismo com que foram desenvolvidas as providências durante a operação, principalmente na construção dos túneis, da réplica da residência e os ensaios realizados. Estas providências em conjunto levaram a uma ação quase que perfeita no objetivo.

Um ponto importante foi a duração desta situação, com cento e vinte e seis dias de confinamento, exigiu que a equipe de negociação manteve-se o controle e com isto houve tempo suficiente para preparar (planejar e ensaiar) a ação no objetivo. Caso não houvesse este tempo, esta ação teria que ser desencadeada sem preparação, o que aumentaria em muito a

²⁷ C-4 é um explosivo plástico, mais potente que a dinamite (TNT) e altamente perigoso. É de uso exclusivo das forças militares (<http://pt.wikipedia.org/wiki/C-4>).

probabilidade de insucesso. Podemos afirmar que se os terroristas, por algum motivo como uma negociação mal conduzida, começassem a matar os reféns, o Grupo de Comandos iria desencadear uma ação de retomada e resgate sobre um objetivo sem nenhum conhecimento, sem saber o que poderia encontrar pela frente.

Por último devemos ressaltar e elogiar a posição firme do governo peruano desde o começo da situação até o final, não cedendo a nenhuma das pressões, seja por parte dos terroristas ou de diversos setores da sociedade.

5.2 Caso 174 e Caso Eloá

Estes dois casos ocorreram em dois grandes centros urbanos, o primeiro em junho de 2000, na cidade do Rio de Janeiro e o segundo em outubro de 2008, na cidade de Santo André/SP. O primeiro caso teve como motivo principal um assalto mal sucedido e o segundo uma desilusão amorosa, ambos com desfechos trágicos.

Na tarde do dia 12 de junho de 2000, Sandro do Nascimento embarcou no ônibus da linha 174, portando um revólver, com o intuito de assaltar os passageiros. Com o ônibus em deslocamento ele anunciou o assalto e um dos passageiros sinalizou externamente para uma viatura da polícia militar que imediatamente iniciou a perseguição ao ônibus. Ao perceber a situação Sandro mandou parar o ônibus, e sem ter para onde ir, fez dez passageiros como reféns. Sandro exigiu armas e um motorista para dirigir o ônibus, caso contrário os reféns seriam mortos a partir das 18h. Ao longo da negociação, que se estendeu por toda à tarde, Sandro demonstrou sinais de descontrole e cansaço e às 18h50min decidiu descer do ônibus usando como escudo a professora Geisa. Em uma ação precipitada um policial tentou alvejá-lo com uma sub-metralhadora neste momento. Em consequência, houve-se tiros, Sandro foi imobilizado e levado para uma viatura da polícia militar, enquanto Geisa foi levada para uma ambulância. Momentos depois, ambos estavam mortos. Numa primeira versão Sandro teria sido morto pelos disparos do policial e Geisa pelos disparos de Sandro. Após a emissão dos laudos do Instituto Médico Legal, surgiu uma outra versão em que a causa da morte de Sandro havia sido por asfixia e que os tiros que atingiram e mataram Geisa foram da arma do policial (ROCHA, 2004, p. 4-5).

Após analisar o fato ocorrido do ônibus 174, podemos detectar falhas que devem ser mostradas, não com o intuito de criticar ou condenar a ação policial, mas que possam servir de estudo e lição para que não sejam repetidas. Uma das primeiras falhas foi o não

estabelecimento de um cordão de isolamento em torno da área onde estava ocorrendo o fato, devido a isto durante o gerenciamento da crise era possível observar pessoas que não tinham a necessidade de estar próximas do ônibus; os atiradores de precisão não estavam em posições adequadas para a realização de tiros; não houve a presença de uma alta autoridade policial para assumir o controle local das operações; por várias vezes o seqüestrador ficou em posições que propiciavam a execução de disparos, por parte dos atiradores de precisão, para ele ser alvejado e estes momentos não foram aproveitados; a utilização do armamento inadequado pelo policial para um disparo a curta distância; o negociador era o próprio comandante da operação, o que não é recomendável pois o negociador tem que, dentro do possível, criar um elo de confiança com o seqüestrador; a atitude do policial de tentar alvejar o seqüestrador não foi a recomendável, pois demonstrou descontrole e ansiedade acarretada pela demora da solução da situação; foi observada a falta de equipamento básico, tais como algemas, por ocasião da imobilização e prisão do seqüestrador; e por fim, os reféns que iam sendo soltos não foram interrogados com o objetivo de prestarem informações sobre o que estava ocorrendo dentro do ônibus (COSTA, 2008).

Analisando estas falhas podemos ver que mesmo para uma situação como esta de curta duração, existem procedimentos básicos a serem adotados que contribuem em muito para o sucesso da operação. Nós sabemos que depois de ocorrido o fato e de “cabeça fria”, sentado numa cadeira confortável dentro de uma sala com ar-condicionado, fica fácil de apontar as falhas, mas existem procedimentos que independente do vulto da operação devem ser tomados quase de maneira instantânea, como o isolamento da área, procura de posições que propiciem visão privilegiada do objetivo e o estabelecimento de uma central de controle da crise, e assim com o decorrer da situação esta estrutura irá se desenvolver. Outro fator primordial é o adestramento dos elementos que irão trabalhar com este tipo de situação, principalmente a equipe de negociação e a equipe que fará a retomada e o resgate.

O caso da menina Eloá foi mais recente. Ocorreu em 12 de outubro de 2008 na cidade de Santo André/SP e teve também um desfecho trágico com a morte de uma das reféns. Pelo motivo de não aceitar o fim do relacionamento, o ex-namorado de Eloá, Lindemberg Fernandes manteve por cinco dias como reféns a ex-namorada, Eloá Cristina e a amiga Nayra Vieira. Após cinco dias de negociação em um pequeno apartamento, onde o seqüestrador manteve as reféns confinadas, a polícia militar de São Paulo decidiu pela entrada a força para resgatar as reféns. Como resultado da ação, a refém Nayra ficou ferida com um tiro no rosto e a outra refém, Eloá Cristina, veio a falecer após não resistir a um tiro na cabeça e outro na virilha. Algumas falhas ocorreram, das quais podemos destacar: permitir a volta ao

cativo da refém Nayra, amiga da Eloá, após ter sido libertada; permitir que Lindemberg, o seqüestrador, tivesse livre acesso a um aparelho telefônico, liberando sua comunicação com qualquer pessoa; por algumas vezes a negociação foi conduzida por pessoas que não eram qualificadas; e, mais uma vez, apareceu a falha no isolamento da área, permitindo que câmeras de televisão ao vivo fizessem imagens do local do cativo, causando a sensação de poder do seqüestrador (COSTA, 2008).

É importante que, analisando estes dois últimos casos, podemos verificar que ocorreram erros parecidos em ambos, como falha no isolamento, na negociação e o não aproveitamento do princípio da oportunidade, quando por várias vezes foi possível neutralizar o seqüestrador através do uso de atiradores de precisão.

Após o ocorrido foram simulados treinamentos em cenários semelhantes no BtlOpEspFuzNav, tanto dentro de um ônibus como em um local de confinamento pequeno. Também foram realizadas visitas ao Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (BOPE/PMERJ), o qual teve participação direta no caso do Ônibus 174, e ao Grupo de Ações Táticas Especiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo (GATE/PMESP), que participou do caso da menina Eloá. Estas visitas foram de grande valia pois os conhecimentos adquiridos diretamente dos elementos que participaram destas ações foram de suma importância para o adestramento do GERR-OpEsp.

A Marinha do Brasil ao longo do ano realiza, através dos Distritos Navais, exercícios que tem como propósito testar os procedimentos a serem adotados para a solução do gerenciamento de uma crise. Cada Distrito Naval organiza pelo menos uma operação por ano, denominada RETREX. As RETREX são exercícios que visam não só testar a eficiência e a eficácia do GERR (OpEsp ou MeC)²⁸, como também das equipes iniciais de negociação, que são de sua responsabilidade, além dos procedimentos a serem adotados quando se configura uma situação de crise. Estes procedimentos constam em um plano específico para cada DN.

Outro ponto significativo é a qualificação de negociadores para estas situações de crise. Uma vez por ano é organizado, sob a responsabilidade do Comando de Operações Navais, um curso sobre negociação em situações de crise denominado NECONREF. Este curso tem como propósito preparar e qualificar militares indicados pelos Distritos Navais para conduzirem uma negociação em um gerenciamento de crise. Um dos aspectos importantes abordados neste curso é a definição da classificação do perfil do causador do evento crítico. A

²⁸ Quando o objetivo a ser retomado com o resgate de reféns estiver em ambiente terrestre, o GERR a ser acionado será o GERR-OpEsp e se o objetivo estiver em ambiente aquático, será o GERR-MeC.

maneira como será conduzida a negociação dependerá desta classificação (mentalmente perturbado, ativista/terrorista ou criminosos comuns/profissionais) (informação verbal)²⁹.

Assim sendo, podemos verificar que a Marinha do Brasil através das RETREX, de cursos ministrados para os seus militares sobre assuntos da área de gerenciamento de crises e visitas/intercâmbios realizados em instituições que possuem tropas que realizam ações de retomada e resgate, procura qualificar e preparar o seu pessoal, além de avaliar o grau de eficiência e eficácia da prontificação e da execução dos planos de seus respectivos Distritos Navais para a solução destas situações.

²⁹ Informação adquirida em conversa com a CF(T) Janaina Silvestre da Silva, psicóloga, atualmente servindo na Diretoria do Pessoal Militar da Marinha, pós-graduação *Lato Sensu* em Psicologia Jurídica (UERJ – 1992), mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial (UNESA – 2005) e Instrutora da disciplina: Perfis psicológicos do agente causador de crise e Síndrome de Estocolmo nos anos 2000 a 2006 e 2008, no Curso Expedito de Negociação com Reféns - Marinha do Brasil.

6 CONCLUSÃO

De acordo com os casos analisados, Operação *Chavín de Huántar*, Ônibus 174 e da menina Eloá, verificamos que os procedimentos adotados no primeiro caso fazem parte do adestramento e das medidas que constam nos planos de cada Distrito Naval para este tipo de situação, e que as falhas ocorridas nos dois últimos casos são motivo de estudos e simulações voltadas para o aprimoramento do adestramento do GERR-OpEsp. Por motivo de sigilo, alguns pontos sobre adestramento e doutrina de emprego do GERR-OpEsp e dos planos para gerenciamento de crises dos Distritos Navais não foram abordados, mas estes pontos estarão sempre sujeitos a aprimoramentos, em face da contínua evolução de equipamentos e técnicas.

Podemos afirmar que a Operação *Chavín de Huántar* é um “caso-escola” pois a sua execução contou com as fases de planejamento, negociação, operações de inteligência, ensaios e ação no objetivo, de uma maneira simultânea e coordenada o que, sem dúvida, foi essencial para o seu sucesso. Destacamos nesta operação a importância das informações obtidas pelo serviço de inteligência, do emprego de equipamentos modernos, tais como sensores de escuta, e da dedicação dos elementos infiltrados descaracterizados na cena de ação. Assim, constatamos que o sucesso deste tipo de operação depende de intenso adestramento, esforço de coordenação e de integração entre os diversos grupos participantes (negociação, inteligência, interdição e de retomada e resgate).

A Marinha se prepara, caso ocorra uma situação semelhante aos casos estudados, com a programação de operações do tipo RETREX. Quando um DN organiza uma RETREX, é importante que esta integração e entrosamento esteja presente em toda sua execução. Tal integração pode ser potencializada por meio da realização de palestras, nas quais cada grupo tenha a oportunidade de apresentar suas capacidades e limitações. Devemos ter em mente que as RETREX não são exercícios somente com o propósito de empregar e testar o GERR-OpEsp, mas sim de empregar e testar todos os grupos que possuem tarefas no exercício.

Os casos aqui estudados demonstram que qualquer país está sujeito a sofrer uma situação de crise, seja ela interna ou externa, tendo como causador um elemento mentalmente perturbado, ativista/terrorista ou criminosos comuns/profissionais. Não só a Marinha do Brasil, como o Brasil possuem muitos brasileiros (militares e civis) no exterior, seja em missões representativas (adidos navais, representações diplomáticas, etc..) ou em missões de paz (Haiti, Costa do Marfim, etc..), nas quais podem por algum motivo serem tomados como reféns ou terem que ser retirados ou resgatados do local onde estiverem. Devemos também

estar atentos para situações no país, com organizações não estatais armadas integradas por forças irregulares de diferentes origens como separatistas, anarquistas, extremistas políticos, étnicos ou religiosos, crime organizado e outros. Estas situações podem ocorrer em locais ou com pessoas de grande interesse para Marinha e até mesmo para o Brasil. Assim nós devemos ter militares em condições de realizarem estas tarefas de retomada e resgate. Os elementos de operações especiais são militares altamente adestrados e qualificados e comprovam ser a melhor opção a ser empregada para a solução de situações como as que foram apresentadas, quando a negociação não conseguir êxito em resolvê-las de maneira pacífica.

Atualmente vemos que as Forças de Operações Especiais da Marinha do Brasil, o BtlOpEspFuzNav e o GptMeC, possuem um alto nível de adestramento e conhecimento técnico, o que os habilitam a executar tarefas de elevado nível de dificuldade, como é o caso das ações de retomada e resgate.

REFERÊNCIAS

DUNNIGAN, James F. *Ações de Comandos: operações especiais, comandos e o futuro da guerra dos EUA*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008. 344 p.

BERMÚDEZ, Brúmmel Vazquez. A guerra assimétrica à luz do pensamento estratégico clássico. *Revista da Escola de Guerra Naval*. Rio de Janeiro, n.7, p. 63-82, 2006. Disponível em: <<http://www.egn.mb/revistaEgn.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2009.

PINHEIRO, Álvaro de Souza. Terrorismo: atual contexto estratégico mundial. *Revista Tecnologia e Defesa, suplemento especial*. Rio de Janeiro, n.15, p. 4-17, 2006.

LAGE, Rogério Ramos. Chavín de Huántar. *Revista O Anfíbio*. Rio de Janeiro, p. 95-102, 2006.

TERRORISMO. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/escola/terrorismo.htm>. Acesso em: 29 junho 2009.

ROCHA, Leonardo Coelho. O caso Ônibus 174: entre o documentário e o telejornal. Rio de Janeiro, p. 4-5, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rocha-leonardo-documentario-telejornal.pdf.htm>>. Acesso em: 24 mai. 2009.

COSTA, Milton Corrêa da. As falhas no Caso 174, oito anos depois. 2008. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/posts/2008/10/18/coronel-milton-aponta-as-falhas-no-caso-174-oito-anos-depois-133790.asp.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2009.